

**HABEAS CORPUS Nº 538.259 - ES (2019/0302261-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CLAUDINER REZENDE DA SILVA - MG087219  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : JULIO CEZAR VIEIRA DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JULIO CEZAR VIEIRA DE OLIVEIRA, em face do acórdão do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, assim ementado (fl. 41):

HABEAS CORPUS - EXECUÇÃO PENAL - 1. REFORMA DA DECISÃO DE PROGRESSÃO DE REGIME - PLEITO RELATIVO À REFORMA DA DECISÃO DE CHAMAMENTO À ORDEM E RECONHECIMENTO DA REINCIDÊNCIA - INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA - PRELIMINAR ACOLHIDA - 2. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. As Cortes Superiores não admitem mais o manejo do habeas corpus em substituição a recursos ou impugnações autônomas, como também inadmitem sua impetração como sucedâneo de agravo em execução, com o fim de racionalizar a utilização deste remédio recursal e prestigiar a lógica do sistema recursal. Ausência de teratologia a ser sanada.

2. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

Consta dos autos que o paciente foi beneficiado pela progressão ao regime semiaberto. No entanto, posteriormente, o Juízo de 1º grau tornou sem efeito a decisão, por não ter constado no resumo de cumprimento de pena a reincidência do paciente.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, que a regressão ao regime fechado é ilegal, devendo ser cassada a negativa à progressão.

Nesse sentido, requer a concessão da ordem para restabelecer o regime semiaberto.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento.

É o relatório.

DECIDO.

Busca o paciente o restabelecimento da decisão do magistrado de piso,

posteriormente tornada sem efeito, que determinou a progressão do paciente ao regime semiaberto.

A decisão do Juízo das execuções está assim fundamentada (fl. 11):

[...] Ante a informação contida no arquivo 3.1, verifico que a reincidência do apenado não havia sido registrada no resumo de cumprimento de pena, assim, com a retificação e inclusão da reincidência, a possível progressão de regime do apenado passou para a data de 29/12/2019.

Assim, CHAMO O FEITO A ORDEM para TORNAR SEM EFEITO tão somente a progressão de regime concedida na Decisão/Ofício nº. 3534/18 proferida em 31/10/2018. [...]

O Tribunal de origem, por sua vez, assim se manifestou (fls. 43/47):

[...] Conforme relatado, em favor de JÚLIO CEZAR VIEIRA DE OLIVEIRA foi impetrada a presente ordem de Habeas Corpus, com pedido liminar, ante suposto constrangimento ilegal causado pelo MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DE VILA VELHA/ES.

O impetrante alega, em síntese, que o paciente encontra-se submetido a constrangimento ilegal vez que, depois de proferida decisão concedendo a sua progressão ao regime semiaberto, o magistrado a quo chamou o feito à ordem e tornou sem efeito tal decisum, em razão de se perceber o não alcance do requisito objetivo, posto que anteriormente, por erro material, não se incluiu a reconhecida reincidência no cálculo atinente.

Assim, pede a manutenção do status anterior do paciente, garantindo-se a progressão de regime e anulando-se o "chamamento do feito à ordem".

Pois bem. Analisando detidamente o feito, constata-se que o presente versa sobre análise de progressão de regime de pena e reconhecimento de reincidência delitiva, matérias atinentes à execução penal e que possuem recurso próprio, conforme o texto legal contido no artigo 197 da Lei 7.210/84 (Lei de Execuções Penais) que assim diz, in verbis: "Das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo".

A Egrégia Segunda Câmara Criminal, encampando entendimento recente das Cortes Superiores,] não está mais admitindo este remédio constitucional como sucedâneo recursal (precedentes deste Tribunal: HC nº 100110032933 e HC nº 0004031-50.2012.8.08.0000).

[...]

Logo, nota-se que hodiernamente as Cortes Superiores não admitem mais o manejo do habeas corpus em substituição a recursos ou impugnações autônomas, como também inadmitem sua impetração como sucedâneo de agravo em execução penal, com o fim de racionalizar a utilização deste remédio recursal e prestigiar a lógica do sistema recursal.

**Não havendo qualquer teratologia a ser sanada, vez que esta Segunda Câmara Criminal entende possível o reconhecimento da reincidência delitiva em sede de execução penal, não é possível a concessão da ordem de ofício.**

A presente preliminar é objeto da manifestação da douta Procuradoria de Justiça no detalhado parecer exarado às fls. 162/164-v, da lavra do Dr<sup>a</sup>. Márcia Jacobsen:

[...]

Diante do exposto, pedindo vênia ao esforço do diligente impetrante, ACOLHO A PRELIMINAR SUSCITADA, no sentido de NÃO CONHECER do presente writ, por inadequação da via eleita.

Extrai-se dos excertos que a progressão do paciente foi postergada para data futura, tendo em vista que no momento de análise do pedido de progressão de regime, não constava no resumo de cumprimento de pena a informação de que era reincidente.

O Tribunal manteve o entendimento do magistrado de piso, por entender *possível o reconhecimento da reincidência delitiva em sede de execução penal*.

De fato, entende este Superior Tribunal de Justiça que *A reincidência é circunstância pessoal que interfere na execução como um todo* (HC n. 307.180/RS, Ministro Felix Fisher, Quinta Turma, DJe 13/5/2015).

Saliente-se que o reconhecimento da reincidência nas fases de conhecimento e de execução penal produz efeitos diversos, de modo que sua não incidência na primeira etapa não impede sua aplicação na fase executória, notadamente porque num primeiro momento esta condição pessoal conduz ao agravamento da reprimenda, sendo que na execução aplica-se ao reincidente regras específicas ao cumprimento da sanção, motivo pelo qual não há falar em violação à coisa julgada.

Cito, à propósito, julgado no mesmo sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. INADMISSIBILIDADE. EXECUÇÃO PENAL. RECONHECIMENTO DA REINCIDÊNCIA PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO. AFRONTA A COISA JULGADA. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, em recentes decisões, não tem mais admitido a utilização do habeas corpus como sucedâneo do meio processual adequado, seja o recurso ou a revisão criminal, salvo em situações excepcionais.

2. A reincidência é circunstância pessoal que interfere na execução como um todo (HC n. 307.180/RS, Ministro Felix Fisher, Quinta Turma, DJe 13/5/2015).

**3. Não há que se falar em constrangimento ilegal quando a condenação com trânsito em julgado, que o réu possui, embora tenha sido usada pelo Juiz sentenciante para agravar a pena-base a título de maus antecedentes, foi utilizada pelo Juízo da Execução Penal para fins de progressão de regime. Inexiste, no caso, reformatio in pejus ou afronta à coisa julgada.**

4. *Habeas corpus não conhecido.* (STJ - HC 357.357/ES - Relator Ministro

# *Superior Tribunal de Justiça*

SEBASTIÃO REIS JÚNIOR – Sexta Turma - Julgado em 14.2.2017 – Dje de 23.2.2017.)

Dessa forma, tendo em vista a impossibilidade de se reconhecer que a progressão poderia ter sido efetivada, em razão da comprovada ausência de satisfação do requisito objetivo necessário para a aquisição de tal direito, porque a reincidência implica em alteração do lapso para consecução do benefício, não se verifica ilegalidade flagrante.

Ante o exposto denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator